

Condições Materiais e Estruturais das Escolas Brasileiras: um retrato

Material and Structural Conditions of Brazilian Schools: a portrait

Condiciones Materiales y Estructurales de las Escuelas Brasileñas: un retrato

Gabriela Schneider¹

Citação: SCHNEIDER, G. Condições Materiais e Estruturais das Escolas Brasileiras: um retrato. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 25. Dezembro de 2018.



<http://10.5380/jpe.v12i0.64012>

Resumo:

O trabalho objetiva apresentar um panorama das escolas brasileiras entre 2007 e 2011 com relação às condições materiais e estruturais, que compreende a existência e estado de conservação dos espaços e instalações, de espaços físicos pedagógicos e administrativos, bem como dos materiais didáticos e eletrônicos, computadores e *internet*, adaptação para alunos com necessidades educacionais especiais, saneamento e energia, ventilação e iluminação. Tal retrato se faz a partir de indicadores e de um índice criados a partir do cotejamento das informações disponíveis no Censo Escolar e na Prova Brasil, os quais auxiliam a avaliar a real situação das escolas brasileiras. Propõem-se a caracterização das condições das escolas a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, renda *per capita* dos municípios dessas escolas, bem como do próprio de nível socioeconômico dos alunos. As análises indicam uma melhoria nas condições, sem, contudo, superar as desigualdades, sendo que os elementos relacionados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais são bastante precários. Além disso, percebe-se que as diferenças das escolas se relacionam diretamente com as condições diversas das regiões brasileiras, bem como da dependência administrativa responsável.

Palavras-chaves: Condições materiais e estruturais das escolas; Indicadores; Desigualdade educacional.

Abstract

This work aims to present an overview of the Brazilian schools between 2007 and 2011 regarding material and structural conditions, which includes the existence and state of conservation of spaces and facilities, pedagogical and administrative spaces, as well as didactic and electronic materials, computers and internet, adaptation for students with special educational needs, sanitation and energy, ventilation

¹ Doutora em Educação (UFPR). Professora e Pesquisadora do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: gabis0905@gmail.com

and lighting. Such picture is made from indicators and an index created from the information available in the School Census and the Brazilian National Evaluation System, which help to evaluate the real situation of Brazilian schools. We propose the characterization of the school's conditions based on the Municipal Human Development Index, per capita income of the municipalities, as well as the student's socioeconomic status. The analyzes indicate an improvement in the conditions, without, however, overcoming the inequalities, and the elements related to the care of people with special needs are quite precarious. In addition, it can be seen that the school's differences are directly linked with the different conditions of the Brazilian regions, as well as the responsible administrative dependence.

Keywords: Schools's material and structural conditions; Indicators; Educational inequality.

Resumen

El artículo tiene como objetivo presentar un panorama de las escuelas brasileñas entre 2007 y 2011 con relación a las condiciones materiales y estructurales, que comprende la existencia y estado de conservación de los espacios e instalaciones, de espacios físicos pedagógicos y administrativos, así como de los materiales didácticos y electrónicos, computadoras e internet, adaptación para alumnos con necesidades educativas especiales, saneamiento y energía, ventilación e iluminación. Tal retrato se hace a partir de indicadores y de un índice creados a partir del cotejo de las informaciones disponibles en el Censo Escolar y en la Prueba Brasil, los cuales auxilian a evaluar la real situación de las escuelas brasileñas. Se propone la caracterización de las condiciones de las escuelas a partir del Índice de Desarrollo Humano Municipal, ingreso per cápita de los municipios de esas escuelas, así como del propio nivel socioeconómico de los alumnos. Los análisis indican una mejora en las condiciones, sin embargo, sin superar las desigualdades, siendo que los elementos relacionados a la atención de personas con necesidades especiales son bastante precarios. Además, se percibe que las diferencias de las escuelas se relacionan directamente con las condiciones diversas de las regiones brasileñas, así como de la dependencia administrativa responsable.

Palabras claves: Condiciones materiales y estructurales de las escuelas; Indicadores; Desigualdad educativa.

A definição de padrões mínimos de qualidade na educação ainda é um desafio que precisa ser enfrentado, haja vista as grandes desigualdades na oferta educacional, ainda presentes na realidade brasileira. Tem-se como premissa que o direito à educação se efetiva com o acesso à escola e com a aprendizagem do aluno e para que tal processo se realize são necessárias condições de qualidade, dentre elas as condições materiais e estruturais.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) reforça a necessidade de padrões mínimos de qualidade a partir da ideia de um Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e de um Custo Aluno Qualidade (CAQ), que representam uma nova forma de pensar e financiar a educação. O CAQi busca problematizar quais são as condições mínimas para a oferta da educação para todos os brasileiros e o quanto é necessário investir para alcançar tais condições.

A implementação do custo aluno-qualidade inicial, com certeza, demanda um alto investimento, especialmente, por parte do governo federal. Importante ressaltar que essa unidade federativa nunca se responsabilizou exclusivamente/prioritariamente pela educação básica, especialmente, no que se refere à infraestrutura, impossibilitando assim o estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade nas escolas brasileiras, haja

vista as grandes disparidades regionais em termos políticos, econômicos e sociais, o que implica diferentes investimentos no campo da educação, uma vez que as arrecadações são muito díspares.

Quando se trata de um padrão mínimo, não se está tratando do ideal, entendendo que ele é um início, o que se busca é que os diversos estudantes que frequentam a educação básica brasileira, atualmente, possam desfrutar de condições materiais mínimas² necessárias ao seu desenvolvimento, seu bem-estar e ao seu aprendizado.

O presente trabalho, tendo como parâmetro os insumos propostos pelo CAQi para infraestrutura das escolas, a partir das informações disponíveis em importantes bancos de dados nacionais (Censo Escolar e Prova Brasil), procura construir uma matriz de análise capaz de elucidar a realidade das escolas brasileiras. Além disso, busca problematizar tais condições de acordo com características dos municípios brasileiros, indagando o quanto a situação escolar reflete ou consegue superar as condições diversas da realidade brasileira.

Entende-se que a construção de um índice de condições materiais da escola pode ser pensada como um instrumento para a avaliação de políticas nos termos Figueiredo e Figueiredo (1986)³, na medida em que as políticas educacionais implicam ações sobre os insumos colocados à disposição das escolas, incluindo-se aí as condições materiais e estruturais dessas. A avaliação dessas ações requer instrumentos objetivos.

Os indicadores e o índice de condições materiais: descrevendo a metodologia

O presente estudo tem como opção metodológica a utilização de dados quantitativos, retirados de um número grande de casos, o que a caracteriza, segundo Stake (1983), como uma pesquisa de ordem quantitativa. Para a análise desses dados foram utilizados métodos estatísticos com a finalidade de melhor explorá-los. Os dados foram organizados e analisados a partir do programa Statistical Package for the Social

² Refere-se aqui a condições mínimas como um plano inicial, uma vez que é ilógico pensar um padrão inicial muito elevado, pois além de inexecutável, o que seria feito estaria sempre aquém, seria o chamado efeito limusine descrito por Oliveira (2006), este efeito explica que se disser que todos devem ter uma limusine, qualquer carro que não tenha todas as suas características seria insuficiente.

³ Figueiredo e Figueiredo (1986) entendem haver uma diferenciação entre avaliação política e avaliação de política. Para eles, avaliação política pressupõe perceber as intencionalidades de um determinado programa e/ou ação pública, já a avaliação de política busca perceber quais os benefícios trazidos pelo programa para a melhoria da qualidade de vida da população, sendo que se considera a avaliação política uma das etapas da avaliação de política.

Sciences/SSPS 13 (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais), software que permite a “elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados” (UFMG, 2005, p. 2).

Importante ressaltar também que se tem consciência dos limites de dados estatísticos, mas, acredita-se que, através de um rigor científico, pode-se utilizar tal metodologia sem prejuízos para o trabalho. Afinal, um estudo qualitativo também tem suas limitações e pode também ser mecanismo de falseamento da realidade.

Não há como deixar de lado o problema da qualidade dos dados dessas bases, sendo que vários autores se debruçaram sobre o assunto apresentando os limites e as possibilidades das mesmas. [...]. Também é inegável que, sem dados de natureza quantitativa, muitas questões sociais/educacionais não poderiam ser dimensionadas, equacionadas e compreendidas, algumas não seriam mesmo levantadas (GATTI, 2004, p. 26).

Nesse sentido, pode-se dizer que o uso de instrumento quantitativo, como mostra Gatti (2007), é imprescindível para entender a realidade educacional, que antes de se focar nas especificidades, se possam conhecer as políticas, ações e características mais gerais que assemelham ou fazem divergir as escolas.

Nesse trabalho, utilizou-se como fonte de dados o questionário da Prova Brasil referente à escola dos anos de 2007, 2009 e 2011, e dados do Censo Escolar dos mesmos anos. Além dessas informações referentes à escola, utiliza-se a média da proficiência dos alunos nos testes. Com fundamento nesses dois instrumentos agregam-se variáveis (questões) semelhantes para formar indicadores, analisados descritivamente e, que, posteriormente compuseram o que se denomina de Índice de Condições Materiais da Escola. Esse índice é ponderado por meio de medidas de correlação estatística e com base na literatura educacional.

Os indicadores e o Índice de Condições Materiais resultantes do cotejamento dos bancos de dados foram organizados em escala de 0 a 1, sendo zero (0) a pior condição e um (1) a melhor. Com o intuito de padronizar a análise, são mantidas apenas questões repetidas nos três anos a fim de comparar a evolução desses indicadores durante o período analisado. Os indicadores elaborados são os seguintes:

- 1- indicador para estado de conservação da infraestrutura (estado de conservação do telhado, paredes, pisos, entrada do prédio, portas, janelas, pátio, corredores, salas de aula, cozinha, instalações hidráulicas, instalações elétricas, existência de banheiro);

- 2- indicador para computador e *internet* (existência de computador e *internet* exclusiva para os alunos, professores e computadores para a administração);
- 3- indicador para iluminação e ventilação (iluminação, ventilação das salas de aula);
- 4- indicador para equipamentos eletrônicos (DVD/vídeo cassete, televisão, antena parabólica, fotocopiadora, projetor de *slides*, retroprojetor, impressora, aparelho de som);
- 5- indicador para espaços pedagógicos (laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra esportiva, biblioteca, local de funcionamento, sala da diretoria, sala de professores);
- 6- indicador para dependência de pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) (existência de salas de atendimento especializado, outras dependências, banheiro adaptado);
- 7- indicador para saneamento e energia (rede de esgoto, fornecimento de energia, abastecimento de água, água filtrada).

Com o cotejamento desses indicadores, criou-se o Índice de Condições Materiais da Escola, sendo que o mesmo recebeu peso com base na literatura e no método estatístico correlação de Pearson⁴. A fórmula de cálculo do índice é a seguinte:

$$\text{ICME} = (\text{indicador saneamento e energia} + \text{Indicador dependências PNEE} + \text{indicador para estado conservação da infraestrutura} + \text{indicador para iluminação e ventilação} + \text{indicador espaços pedagógicos} * 3 + \text{indicador equipamentos eletrônicos} * 3 + \text{indicador para computador e } internet * 2) / 12$$

O índice e os indicadores permitem construir um diagnóstico da realidade educacional brasileira no que se refere às condições materiais, colaborando na análise da ação do governo federal frente a essas condições. Nesse sentido, a seguir, apresentam-se os dados analisados que se referem aos anos de 2007, 2009 e 2011.

As informações são computadas a partir do âmbito estadual e municipal, ou seja, escolas de ensino fundamental, séries iniciais e finais da rede estadual agregadas nesse nível e escolas municipais englobadas em nível municipal, uma vez que o objetivo do trabalho é analisar as políticas da União para os entes federados e não as de cada escola em particular. Estes são analisados por meio de variáveis denominadas independentes,

⁴O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas.

tais como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, renda *per capita*, índice de nível socioeconômico dos alunos, Estado e regiões.

O índice de nível socioeconômico é uma medida criada com base nas respostas do questionário de contexto dos alunos da Prova Brasil que evidencia as condições socioeconômicas e familiares dos alunos. Ele é composto pelas seguintes variáveis: escolaridade da mãe e do pai, relação de número de quartos e carro por pessoas da família do estudante, trabalho ou não do aluno fora de casa, existência de computador e acesso à *internet*. Além disso, coteja os indicadores/índice com a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB⁵).

Análise dos indicadores e do índice de condições materiais da escola

Os sete indicadores criados para análise das condições materiais das escolas e depois seu cotejamento por meio de um índice favorecem um diagnóstico amplo da realidade escolar brasileira, pois possibilita analisar desde questões referentes ao saneamento básico e energia até a existência de equipamentos eletrônicos e materiais pedagógicos, abarcando ainda as novas tecnologias, a inclusão educacional e até iluminação e ventilação. Todos esses elementos impactam direta e indiretamente no processo de ensino/aprendizagem.

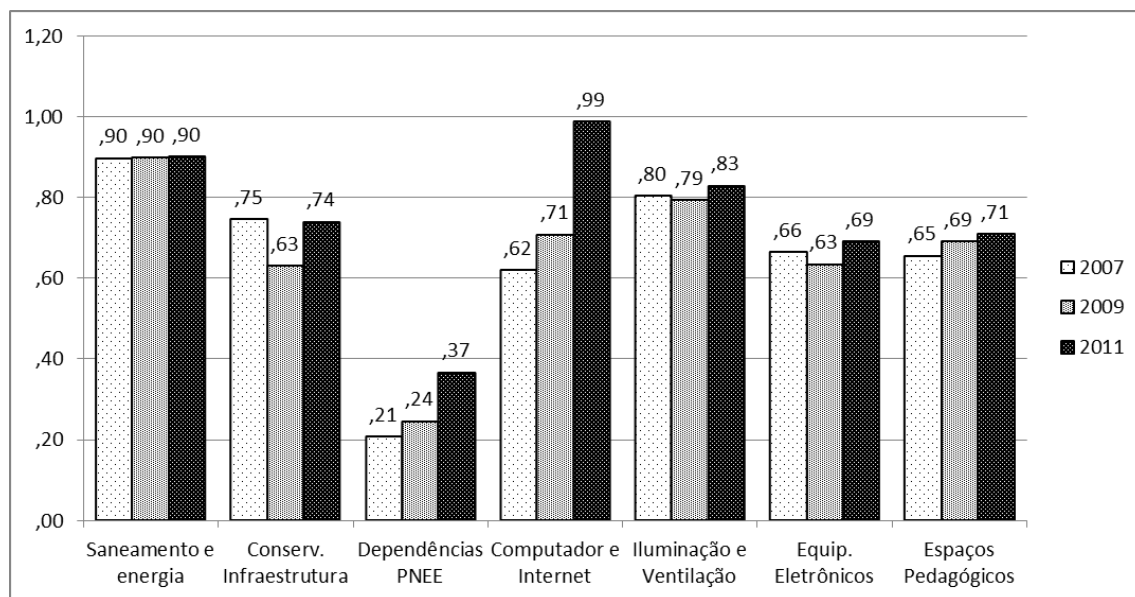
Uma das primeiras observações a ser feita com a análise de tais indicadores refere-se justamente à diferença nas médias que esses assumem, sendo a mais baixa do indicador “Dependências para PNEE” em 2007 e a mais alta para a existência de computadores e *internet* em 2011. Além disso, é possível notar que há indicadores que apresentam melhora entre os anos de 2007 e 2011, tanto na rede municipal como na estadual.

Outra tendência presente é que as escolas estaduais apresentam médias superiores à das escolas municipais e o mesmo se percebe em relação às séries finais e iniciais. Em geral, as séries finais sempre apresentam resultados um pouco superiores às iniciais. Ainda que essas diferenças não sejam muito grandes, elas chamam a atenção porque essas escolas são de responsabilidade de uma mesma rede de ensino e, portanto, deveriam apresentar condições mais parecidas.

⁵ O IDEB é um índice que congrega além de informações sobre a proficiência média dos alunos em determinada escola, dados sobre a aprovação. Foi criado em 2007 com a finalidade de melhor perceber a qualidade de cada escola individualmente e dos sistemas de ensino.

No gráfico a seguir visualizam-se as médias dos sete indicadores nas escolas estaduais que atendem ao ensino fundamental, séries iniciais. Nele é perceptível que o indicador de existência de computador e *internet* foi o que mais aumentou, seguido pelo indicador de dependências para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Gráfico 1 - Indicadores de condições de qualidade das escolas estaduais de ensino fundamental séries iniciais – Brasil, 2007; 2009; 2011.



Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

Apesar da melhoria do indicador das dependências para PNEE, que ocorre também nas séries finais e nas escolas municipais, como se observará doravante, tal elemento ainda apresenta uma média muito baixa, mesmo sendo composto por apenas três variáveis: sanitário adequado a portadores de necessidades; dependências e vias adequadas a portadores de necessidades especiais; sala de recursos para atendimento de pessoas com necessidades especiais. Não se encontra qualquer referência à condição desses ambientes e não há uma definição do que compreenderiam esses espaços.

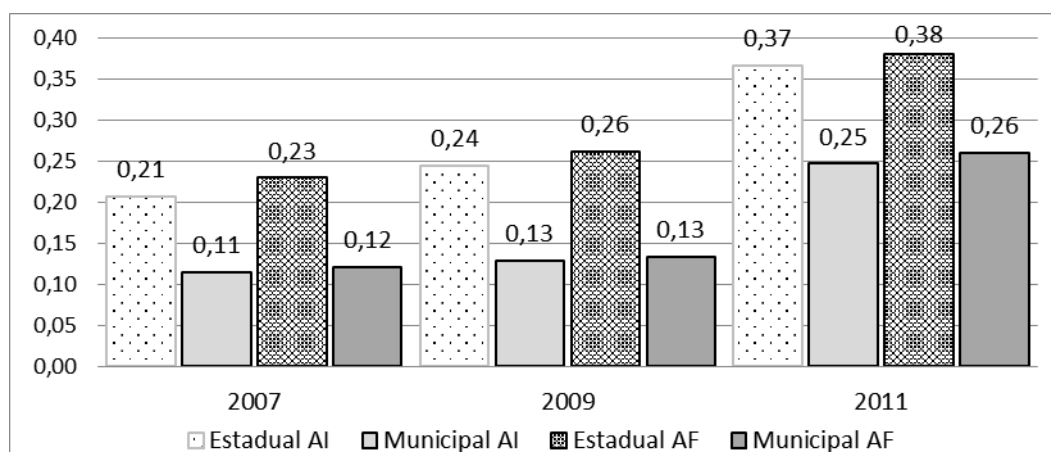
Tal realidade contraria o propósito de uma educação com parâmetros de justiça social e opõe-se à própria legislação brasileira que, no Decreto nº 5.296/2004, garante prioridade no atendimento a essas pessoas. É necessário dar condições para o acesso, permanência na escola, o que também é especificado pela LDB (BRASIL, 1996). O

atendimento preferencial não é devidamente cumprido, pois tem como alguns de seus pressupostos:

Art. 6º - O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato [...] § 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros: I - assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis; II - mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas [...]. V - disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Salienta-se também que é a rede municipal que possui a menor média para esse indicador. Em 2007, a pior situação é das séries finais e, em 2011, das séries iniciais, como se pode perceber no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Média do indicador de dependências para pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas estaduais e municipais – 2007; 2009, 2011.



Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

Analisando mais detalhadamente as questões que compõem esse indicador é perceptível que todos apresentaram crescimento. Contudo o item referente à dependências e vias adequadas foi o que mais se elevou, atingindo um crescimento percentual de 129% nas escolas municipais de 5º ano, 119% nas de 9º ano e de 102 e 84% nas escolas estaduais dos anos iniciais e finais, respectivamente. O quesito existência de sala de atendimento especializado teve os menores índices de crescimento.

O indicador para existência de computador e *internet* na escola teve expressivo crescimento em ambas as redes e etapas analisadas (Ensino Fundamental séries iniciais e finais), atingindo a média de 0,99, indicando um forte investimento nessa área. Tais

equipamentos ganharam relevância nos últimos anos, especialmente após a proliferação das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

A introdução dos recursos oferecidos pela *internet* entre as atividades escolares é inevitável. Já é parte integrante do programa de muitos estabelecimentos de ensino, particulares e públicos do país. Sobral, ao analisar algumas escolas que utilizam essa ferramenta afirma que: “O computador ligado à Internet tornou-se nessas escolas, em consequência um item do material escolar! E esse parece ser o caminho que todas as escolas vão seguir.” (1999, p. 12).

Ao comparar os dados desse indicador com o IDEB e com o Índice de Nível Socioeconômico, divididos em faixas⁶, encontra-se um aumento na média, conforme modifica-se a faixa, reforçando a ideia de que as escolas que são mais bem equipadas são também aquelas que acolhem alunos com o nível econômico mais favorável e que alcançam melhores notas em avaliações de larga escala.

Nessa análise, a realidade muda um pouco em 2011, pois a média se iguala nas duas etapas consideradas, mas chama atenção o fato de que o menor valor do indicador está justamente no menor valor do INSE e do IDEB, conforme se verifica na Tabela 1, abaixo. Tal tendência repete-se nas escolas estaduais.

Tabela 1 - Média para o indicador computador e internet nas escolas municipais de ensino fundamental sériéis iniciais e finais – Brasil, 2007, 2009, 2011.

		INSE				IDEB			
		Baixo	Médio Baixo	Médio Alto	Alto	Baixo	Médio Baixo	Médio Alto	Alto
2007	AI	,47	,52	,61	,73	,47	,52	,61	,72
	AF	,53	,56	,66	,77	,52	,57	,65	,78
2009	AI	,51	,56	,66	,75	,51	,55	,66	,75
	AF	,59	,63	,71	,81	,59	,62	,71	,81
2011	AI	,98	,99	,99	,99	,98	,99	,99	,99
	AF	,98	,99	,99	,99	,98	,99	,99	,99

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora. AI = Anos Iniciais; AF = Anos Finais do Ensino Fundamental

Há uma tendência de que as melhores médias alcançadas pelos indicadores sejam encontradas nas faixas de maior valor dos índices. Tal cenário é visível nas sete variáveis analisadas. Embora possa não existir um crescimento linear das médias nas faixas, o valor da faixa alta é sempre superior à baixa.

⁶ O estabelecimento de faixas se deu dividindo os resultados dos índices por quartil, ou seja, em 4 partes, sendo cada parte composta pelos 25% dos casos, e denominou-se essas de baixa, média baixa, média alta e alta.

No caso do indicador equipamentos eletrônicos nas escolas, esse tem uma média em torno de 0,45 a 0,60 na faixa baixa do INSE, chegando a 0,78. Fazem parte desse indicador as seguintes variáveis: existência de: DVD/vídeo cassete, televisão, antena parabólica, fotocopiadora, projetor de *slides*, retroprojetor, impressora, aparelho de som. Tais equipamentos, quando existem, estão disponíveis e são utilizados favorecendo e facilitando o trabalho pedagógico, assim como o administrativo.

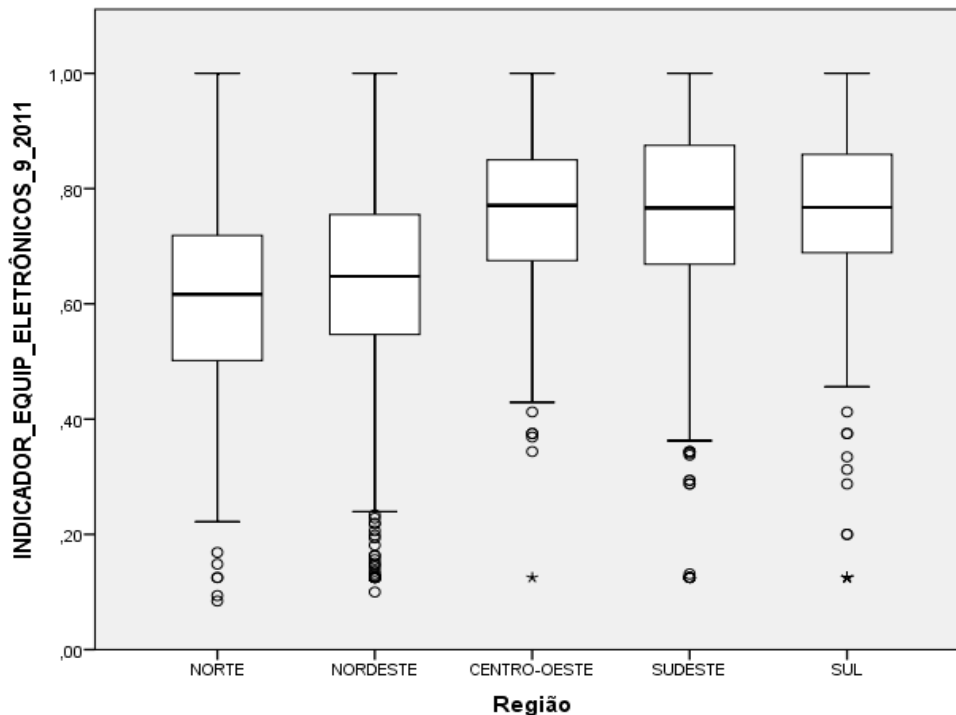
Também nesse indicador persistem as características de melhores médias na rede estadual em relação à municipal e das séries finais em relação às iniciais. É perceptível, contudo, um decréscimo entre 2007 e 2009, com retomada em 2011, porém a elevação do valor atingido pelos equipamentos eletrônicos é inferior à ocorrida com os outros dois indicadores anteriormente citados.

Na rede estadual, nas séries iniciais, a média do indicador saiu de 0,66 em 2007 para 0,69 em 2011. Nas séries finais, a média foi de 0,70 a 0,71. Nas escolas municipais, o indicador manteve-se com a média inferior às escolas estaduais, ainda que seu percentual de crescimento tenha sido superior, visto que, nos anos iniciais, saiu de 0,61 para 0,67 e nos anos finais de 0,64 a 0,69.

Ao comparar os valores obtidos por tal indicador segundo as regiões do país, nota-se condição inferior do norte e nordeste em relação ao sul, sudeste e centro-oeste. Além disso, é possível notar a grande variação entre os resultados, especialmente ao analisar as escolas municipais que não contam com quase nenhum equipamento. Apesar de serem considerados casos atípicos (*outliers*), chamam atenção por sua situação bem inferior.

O gráfico abaixo ilustra o comportamento do indicador dos equipamentos eletrônicos nas séries finais do EF em 2011, no qual é possível perceber que o valor da mediana está em torno de 0,60 nas regiões Nordeste e Norte e um pouco mais elevada (cerca de 0,75) nas demais regiões. Por meio dos riscos verticais (que representam os diversos valores encontrados no indicador em cada região) percebe-se que mais estados do Norte e Nordeste alcançam valores inferiores nesse quesito.

GRÁFICO 2 – Indicador de equipamentos eletrônicos nas redes municipais de 9º ano, segundo a região, 2011.



Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora. As bolinhas e as estrelas representam os casos atípicos (outliers)

No âmbito municipal e estadual, o Norte e o Nordeste são os que apresentam as médias mais baixas de quase todos indicadores de condições materiais da escola, enquanto que os maiores valores são encontrados, em geral, na região Sul. Quando o foco se fixa na esfera municipal e na estadual há alternância entre o Sul e o Sudeste. Tais afirmações podem ser transpostas para a análise por Estado.

Cabe exceção em tais afirmativas quanto à variável saneamento e energia. Nos três anos analisados, tanto na esfera estadual como municipal, é perceptível a inclusão da região sul nas piores médias, com destaque para a situação inferior vivida pelo Estado do Rio Grande do Sul. A inserção dessa unidade da federação é bastante estranha, pois, em geral, os estados do Sul têm melhores condições, como se observa, por exemplo, nos outros indicadores.

A análise, mais pormenorizada, dos tópicos saneamento e energia, que são compostos por questões sobre a forma de abastecimento de água, de luz, sobre rede de esgoto e água filtrada, informa que o RS apresenta índices bem baixos para a água filtrada, o menor entre todos os estados. Tal elemento precisa ser melhor investigado,

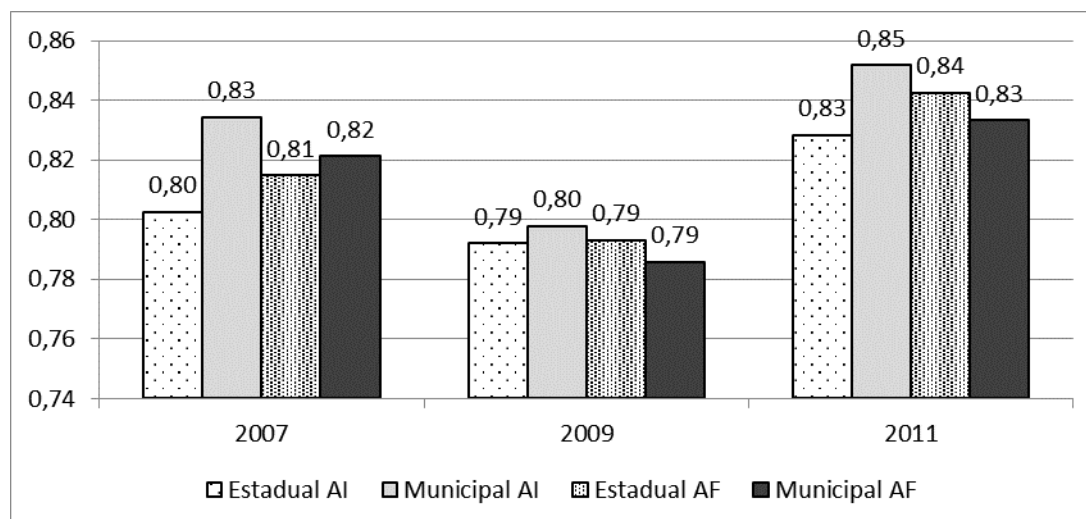
indicando necessidade de aprofundamento dentro do estado, o que foge ao escopo deste trabalho.

A questão saneamento e energia também destoa um pouco das tendências, pois não mostra crescimento entre 2007 e 2011. Contudo, em 2007 e 2009 apresentavam a maior média dentre as questões analisadas e, em 2011, só ficam atrás do indicador para computador e *internet*. O fato desse indicador não seguir totalmente os padrões apresentados anteriormente deve-se ao fato que, os elementos que dele fazem parte, não são competência direta da área educacional, ainda que sejam elementos essenciais em qualquer ambiente, inclusive na escola.

A infraestrutura e o saneamento são necessidades básicas a qualquer ideia de desenvolvimento e, quando concebida de forma sustentável é essencial à melhoria das condições de vida da população (ALVES *et al*, 2013).

Além do saneamento e energia, tem-se um indicador que trata da iluminação e ventilação nas salas de aulas que, segundo aponta o estudo de Earthman (2004), são muito importantes. O autor afirma a forte correlação entre boas condições de temperatura do ar e ventilação com os resultados estudantis, portanto tal questão deve ser tratada como um dos elementos prioritários na construção de escolas. As médias da questão são relativamente boas, e estão entre 0,83 e 0,85, em 2011, e um pouco superior a 2007 e 2009. Ao comparar as escolas estaduais e municipais e mesmo os anos iniciais e finais do EF encontra-se uma similitude entre os valores. As médias são muito próximas, variando de um a dois décimos apenas, como é possível perceber no gráfico 4

Gráfico 3 – Média do indicador iluminação e ventilação nas redes estaduais e municipais de ensino fundamental anos iniciais e finais, 2007, 2009, 2011.



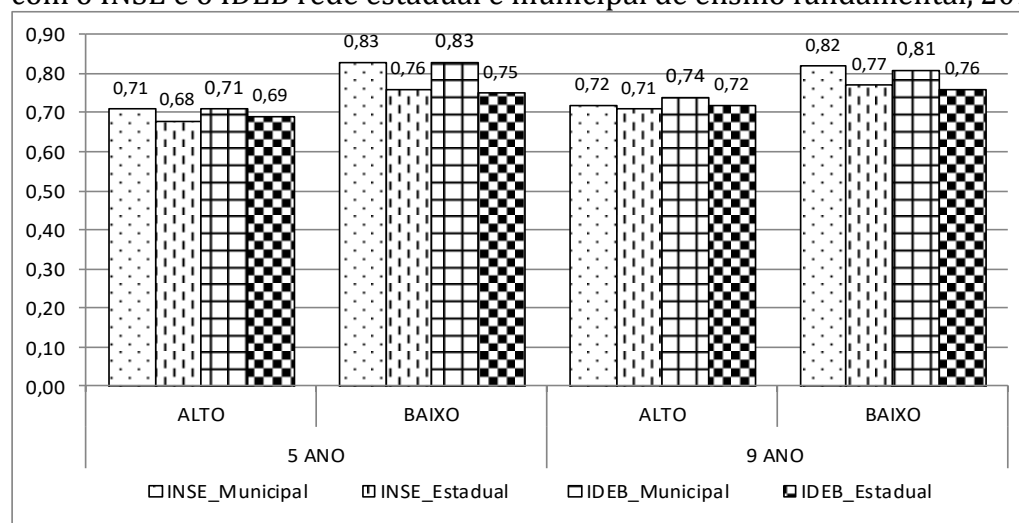
Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

Esse indicador é um dos poucos em que não se percebe a tendência de que as escolas estaduais e de séries finais tenham maior média, ainda que os valores sejam bem próximos dentro da mesma rede. Em outros aspectos, ainda é possível observar similitudes com as demais variáveis, como é o caso das regiões e dos índices (ICME e IDEB). Nas escolas da rede municipal, nos anos e nas etapas analisadas, o Sul é o que mostra maior média para o indicador e o Norte a menor, o que também ocorre nas escolas estaduais, com a diferença que é o Sudeste e não o Sul que alcança as maiores médias.

Assim como acontece com a iluminação e ventilação, no indicador de conservação da infraestrutura física as médias das escolas municipais são superiores às das estaduais. Nas primeiras, a média dos anos iniciais é de 0,77 em 2011 e de 0,74 na rede estadual. Tem-se como hipótese que a média é mais baixa, nas escolas estaduais, já que as questões que compõem esse indicador referem-se à conservação de pisos, portas e essas são mais antigas e maiores e têm mais problemas. Esse elemento ajuda a entender porque foi o único indicador que apresentou decréscimo na média de 2007 para 2011.

Em se tratando de cotejamento entre a variável conservação da infraestrutura e as variáveis dependentes aqui sinalizadas, mantêm-se os padrões, pois as melhores médias, em geral, estão nas regiões e estados do Sul e Sudeste, ao contrário do que ocorre no Norte e Nordeste. Além disso, ao comparar-se o valor encontrado na faixa de nível baixo do INSE ou do IDEB vê-se que essa é inferior (gráfico 5).

Gráfico 4 – Média para o indicador de conservação da infraestrutura física de acordo com o INSE e o IDEB rede estadual e municipal de ensino fundamental, 2011.



Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

Outros dois elementos utilizados para melhor retratar a realidade das escolas em termos de infraestrutura são o Índice de Desenvolvimento Humano e a renda *per capita*, que foram divididos por faixas, de acordo com o quartil. Os resultados são similares aos encontrados, anteriormente, em relação aos outros dois índices e podem ser visualizados na tabela 2.

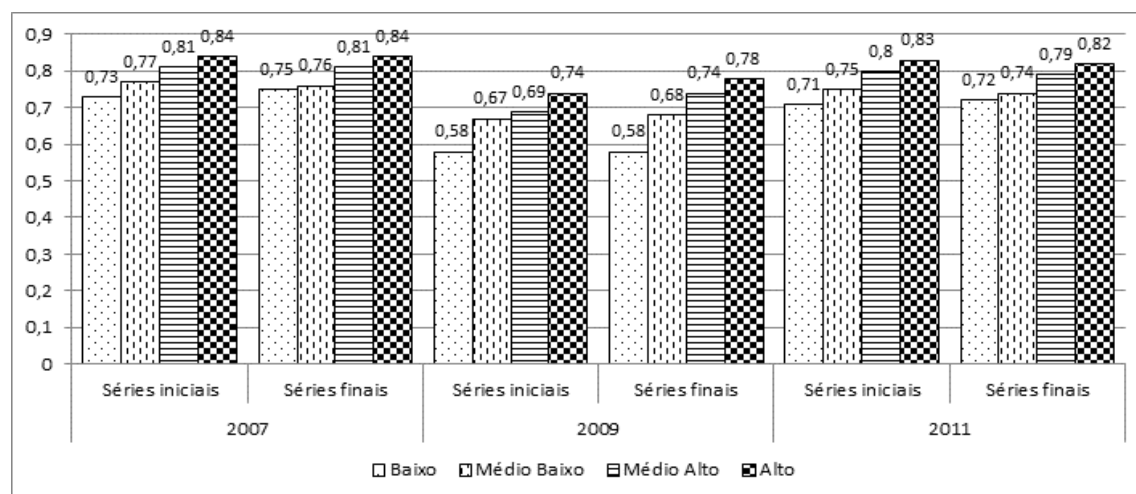
Tabela 2 – Média do indicador de conservação da infraestrutura física nas escolas estaduais segundo faixas de idhm e renda *per capita*, 2011.

ESTADUAL		IDHM POR FAIXAS				RENDA PER CAPITA POR FAIXAS			
		Baixo	Médio Baixo	Médio Alto	Alto	Baixo	Médio Baixo	Médio Alto	Alto
2007	AI	,71	,77	,74	,77	,71	,75	,76	,77
	AF	,73	,77	,75	,77	,73	,76	,76	,77
2009	AI	,52	,65	,67	,68	,51	,62	,72	,68
	AF	,51	,66	,67	,68	,51	,61	,71	,68
2011	AI	,70	,76	,72	,78	,70	,75	,73	,78
	AF	,71	,77	,73	,77	,71	,76	,74	,77

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.
AI = Anos Iniciais; AF = Anos Finais do Ensino Fundamental

Ao se comparar os dados da rede estadual com a municipal ressalta-se a melhor situação das escolas estaduais em relação às municipais. Nota-se que no referente à média do ICME, de acordo com as faixas de IDHM, em 2011 as séries iniciais têm média mais elevada em três faixas (média baixa, média alta e alta), sendo inferior apenas nos piores IDHM. Entretanto, há queda no indicador entre 2007 e 2011 (gráfico 6)

Gráfico 5 - Média do indicador de conservação da infraestrutura física nas escolas municipais segundo faixas de IDHM, 2007, 2009, 2011.

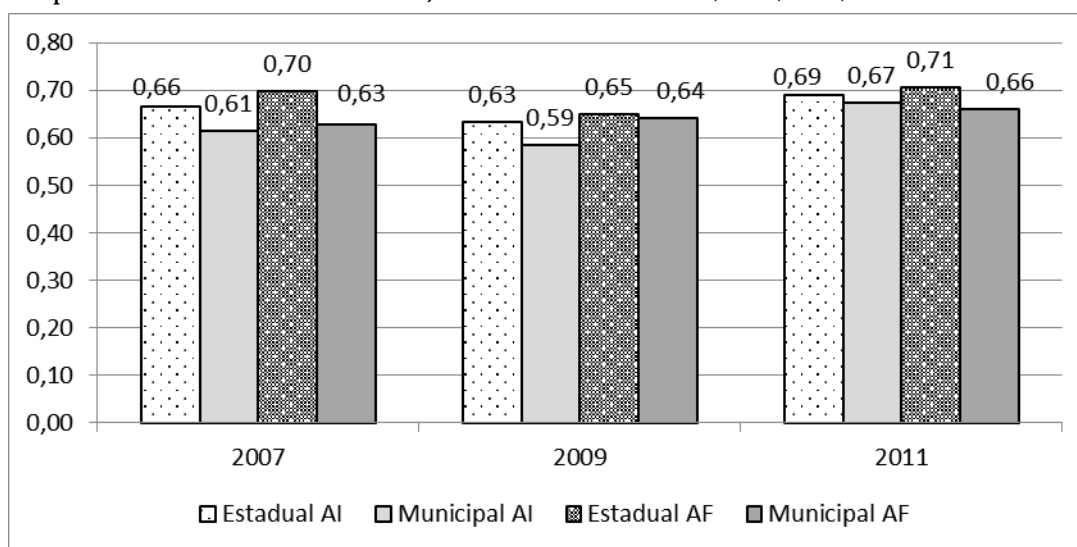


Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

Algumas dessas características repetem-se nos demais indicadores o que revela que as desigualdades da esfera econômica são transportadas para a educação, contrariando os preceitos de justiça social delineados nesse estudo.

A observação do indicador dos espaços pedagógicos, composto pelos seguintes elementos: existência de laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra esportiva, biblioteca, local de funcionamento, sala da diretoria, sala de professores, reforça a afirmação anterior e ainda retoma o padrão de que as escolas municipais e as séries iniciais têm condições inferiores que as escolas estaduais e que atendem às séries finais do EF, como é perceptível no Gráfico 7.

Gráfico 6 – Média para o indicador de espaços pedagógicos nas escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, anos iniciais e finais, 2007, 2009, 2011.



Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

Os elementos ligados ao assunto apresentam crescimento de 2007 para 2011, ainda que pequeno. Há crescimento significativo no quesito laboratório de informática, o que também se vislumbra no indicador de computador e *internet*. O laboratório de ciências, por sua vez, é um dos que apresenta a média mais baixa, especialmente nas escolas municipais.

É estranho também o fato de a variável existência de biblioteca apresentar queda, junto com a da quadra de esportes, haja vista que, como apresentado no capítulo anterior, tais fatores são alvo de políticas específicas, o que será discutido doravante.

Apesar dos indicadores tratados aqui abordarem elementos distintos, eles apresentam similitudes, pois relevam, em geral, as melhores condições das escolas estaduais, dos anos finais em relação às municipais e de anos iniciais. Os dados de 2007,

2009 e 2011, informam que os indicadores têm queda entre os dois primeiros anos e voltam a crescer em 2011. A hipótese é que tal fator se relaciona ao número superior de não respostas nos questionários de 2009.

Variáveis externas têm impacto direto nas condições materiais da escola. Os municípios ou estados que são mais desfavorecidos, por terem menor índice de nível socioeconômico, renda *per capita*, IDHM revelam condições mais precárias na escola.

Com o intuito de aprofundar um pouco mais esse panorama das instituições escolares por rede, apresenta-se, agora, a análise do ICME, que é resultado do cotejamento dos indicadores.

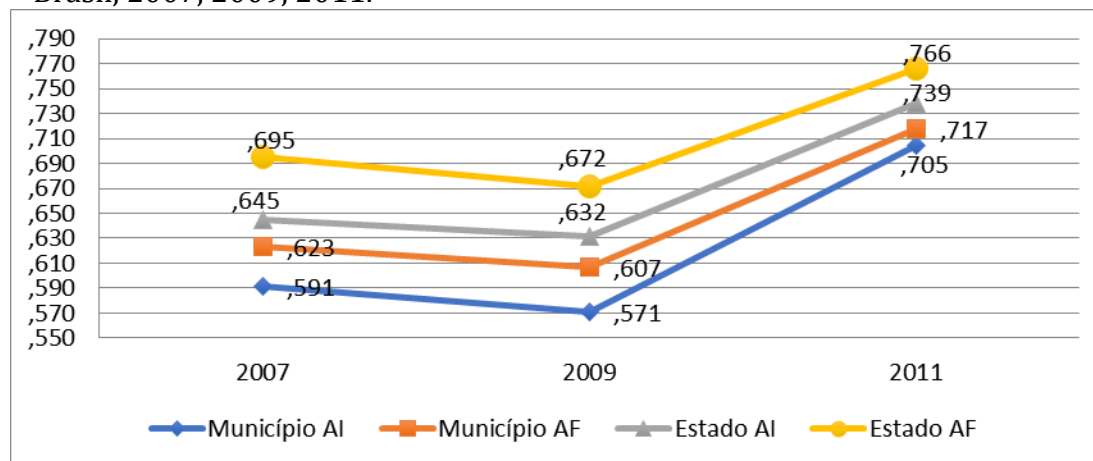
O Índice de Condições Materiais da Escola: um retrato

O ICME, por ser uma medida que sintetiza os indicadores anteriormente descritos, mais sensíveis às questões que têm impacto maior nos resultados estudantis, conforme análise de correlação de Pearson⁷ feita com o IDEB, captura as tendências descritas anteriormente, em relação às melhores e piores médias alcançadas pelas condições materiais das escolas.

As diversas críticas feitas à forma de organização da educação, com a repartição de responsabilidades recaindo, muitas vezes, sobre municípios que não têm muitas condições, são vistas em termos de condições materiais, por meio da comparação entre o ICME nas escolas estaduais e municipais de anos iniciais e finais. O gráfico 8 elucida as diferenças existentes entre as redes e dentro de uma mesma rede, quando se pensa em termos de etapa da escolarização.

⁷ O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1. O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis. (http://stat2.med.up.pt/cursop/glossario/correlacao_Pearson.html)

Gráfico 7 - Média para o icme nas escolas estaduais e municipais de ensino fundamental – Brasil, 2007, 2009, 2011.



Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

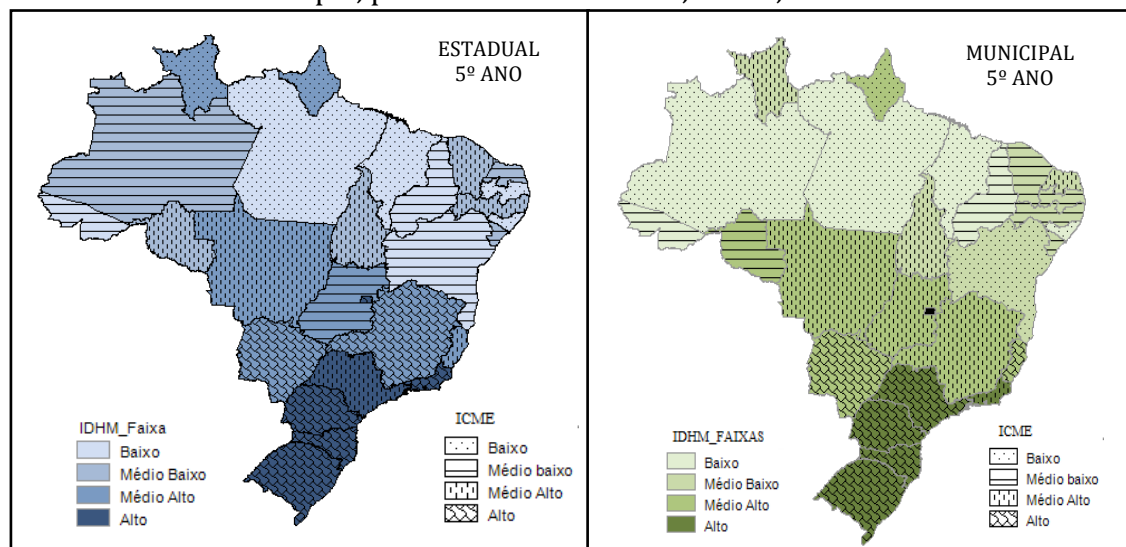
É possível constatar também o crescimento do ICME apresentado entre 2007 e 2011, o que indica que investimentos são feitos, nesse sentido. Apesar do crescimento apresentado, este ainda é insuficiente, uma vez que há grande variação do índice, por todo Brasil. Em 2011, na rede municipal o menor ICME foi de 0.13 nos anos iniciais e 0.19 nos finais e o maior de 0.99, na rede estadual. O mínimo na rede estadual é de 0.57 (AI) e 0.62 (AF) e o máximo na rede municipal chega a 0.84. A variabilidade entre a rede estadual é menor, ou seja, elas são mais parecidas, o que se relaciona ao tamanho da rede, já que a diferença no número de escolas é de 10 mil a mais para a rede municipal nas séries iniciais e 17 mil para as finais. Oliveira e Souza, ao analisarem a forma como se universalizou a oferta educacional, apontam as discrepâncias entre as redes municipais e estaduais.

Essa diferença na forma de expansão, em certa medida decorrente da estrutura tributária vigente, é a explicação primeira da desigualdade no atendimento educacional no país. Os estados mais ricos assumiram diretamente a responsabilidade pela oferta e os mais pobres repassaram-na para seus municípios, ainda mais pobres que os respectivos estados. Estes se desincumbiram da tarefa nos limites de suas possibilidades (OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p.16).

A pobreza ou riqueza de um estado ou município interfere significativamente na sua condição social e econômica, refletindo em índices mais precários de desenvolvimento social. O Índice de Desenvolvimento Humano, ao combinar medidas de renda, educação e longevidade, traça perfis da melhor ou pior situação dos entes federados. Ao comparar o IDH com o índice de condições materiais percebe-se que há relação entre maiores IDH e melhores condições materiais. Correlacionando as duas

medidas (IDH e ICME), em cada estado brasileiro, percebe-se a confluência entre esses dois índices, conforme se vê na figura 1.

Figura 1 – Faixas do IDHM e do ICME das escolas de ensino fundamental anos iniciais, na rede estadual e municipal, por unidade federativa, Brasil, 2011.

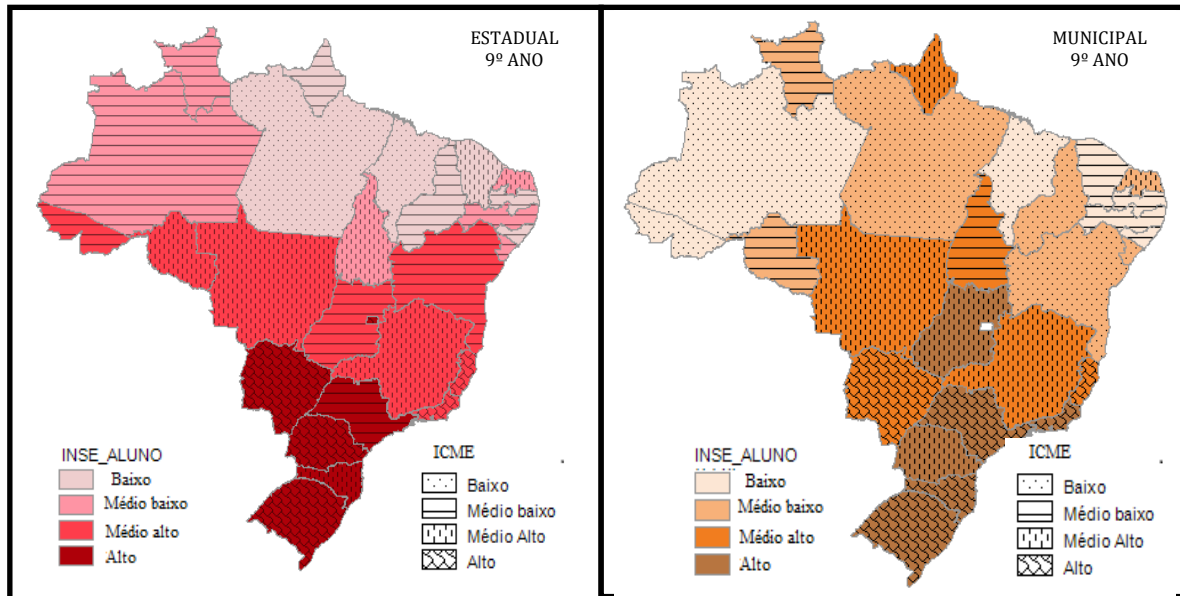


Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

No mapa anterior é visível a melhor condição das escolas do Sul e Sudeste do país. Apesar de nem todos os Estados com IDH alto possuírem as mais elevadas médias do ICME, nenhum deles se encontra na faixa mais baixa do índice ou mesmo encontra-se nos valores mais baixos dos indicadores. As regiões e os estados do Norte e Nordeste dividem as piores médias do ICME e do IDHM.

Tal tendência repete-se no cotejamento do ICME e do INSE, ainda que com algumas exceções. A figura 2 reafirma um posicionamento mais favorável das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste em relação às duas outras. Pelas faixas dos índices, constata-se que as médias, no âmbito estadual, são maiores em ambas as variáveis analisadas.

Figura 2 – Faixas do INSE e do ICME das escolas de ensino fundamental anos finais na rede estadual e municipal por unidade federativa, Brasil, 2011.



Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora.

Quanto mais se ampliam as análises mais se identifica que as desigualdades aumentam e diminuem de acordo com o valor mais alto ou mais baixo do desenvolvimento humano, do nível socioeconômico dos alunos, bem como da renda *per capita* (tabela 3).

Tabela 3 – Média do ICME na rede municipal de ensino fundamental séries iniciais e finais, de acordo com a faixa da renda *per capita*, 2007, 2009, 2011.

RENDA PER CAPITA		Baixo	Médio Baixo	Médio Alto	Alto
2007	Séries iniciais	0,47	0,54	0,65	0,71
	Séries finais	0,54	0,59	0,67	0,75
2009	Séries iniciais	0,45	0,53	0,63	0,69
	Séries finais	0,51	0,58	0,68	0,74
2011	Séries iniciais	0,62	0,68	0,75	0,78
	Séries finais	0,66	0,70	0,76	0,80

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora

A relação entre renda *per capita* maior e índices mais altos de condições materiais é bastante visível na tabela acima, uma vez que a cada aumento de faixa há um aumento para o ICME. Essas constatações indicam caminhos para a intervenção da

política educacional, pois como afirma Sen (2011): “Os requisitos de uma teoria da justiça incluem fazer com que a razão influencie o diagnóstico da justiça e da injustiça.” (SEN, 2011, p. 35).

É racional investir em condições materiais da escola para oferecer melhores condições educacionais, até porque essas têm relação com melhor desempenho em avaliações em larga escala, não sendo essa linear, mas um elemento essencial como condição de qualidade. A relação entre melhor IDEB e melhor ICME é registrada na tabela 4.

Tabela 4 - Média do ICME na rede municipal de ensino fundamental séries iniciais, de acordo com as faixas do IDEB, 2007, 2009, 2011.

	IDEB	Baixo	Médio Baixo	Médio Alto	Alto
2007	Séries iniciais	0,48	0,55	0,65	0,71
	Séries finais	0,58	0,57	0,63	0,73
2009	Séries iniciais	0,45	0,54	0,63	0,67
	Séries finais	0,56	0,56	0,62	0,73
2011	Séries iniciais	0,62	0,69	0,75	0,77
	Séries finais	0,70	0,68	0,73	0,78

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar; Prova Brasil (2007; 2009; 2011) – Dados trabalhados pela autora

Assim como ocorre no caso da renda *per capita*, há crescimento das condições materiais conforme é mais alto o IDEB, reforçando a importância de investimento nessa área. Além disso, entende-se que a melhoria nas condições materiais das escolas é forma de respeitar os estudantes, enquanto sujeitos de direitos, objetivando uma educação realmente comprometida com os princípios de justiça, com a redução das desigualdades e com a melhoria da qualidade educacional para todos.

Condições materiais e estruturais da escola: um início de conversa

A questão das condições materiais e estruturais da escola ainda são problemáticas no Brasil, elas ainda estão aquém de garantir padrões mínimos como os definidos pelo CAQi, o que torna essencial avaliar as ações que são feitas em relação a essas condições, afinal, além de elas apresentarem relações positivas com o desempenho dos estudantes, como mostram Velez, Schiefelbein e Valenzuela (1996), Diaz e Barrios (2002), Soares (2004, 2007), Nascimento (2007), Alves (2007), Andrade e Laros (2007), Franco et. al. (2007) – o que também foi confirmado pelas análises deste trabalho – agregam valor para o desempenho dos alunos. Logo, as condições materiais e estruturais

das escolas são uma forma de respeitar o estudante, de valorizar a escola como espaço de vivência que é essencial na formação do educando e enquanto tal precisa ser um ambiente adequado, bem conservado, limpo, com recursos e, por que não dizer, bonito.

Afinal

As escolas preenchem um espaço intermediário entre a família e a sociedade, e também preenchem um período de tempo intermediário entre a infância e a maturidade. Não há dúvida de que são espaço e tempo para a formação e preparação, ensaios, cerimônias de iniciação, cerimônias inaugurais etc., mas os dois também constituem um **aqui-agora** que tem **importância própria** (WALZER, 2003 p.271, grifo nosso).

É pelo entendimento da importância da escola tanto para o presente como para o futuro da pessoa que se discute muito hoje, no Brasil, a questão da qualidade educacional – ou da falta dela. A qualidade como conceito amplo é a garantia do direito à educação, pois representa a formação humana e social do indivíduo. A qualidade, nesse sentido, é bastante ampla, por isso, no presente trabalho, ao pensar a questão da infraestrutura, do material pedagógico, da limpeza da escola, entre outros, pensou-se em *condições de qualidade*, afinal as questões materiais e estruturais, junto com outros, tais como gestão e professores, são elementos que contribuem para que se alcance a qualidade, portanto são condições para a qualidade.

Entende-se, contudo, que ainda é preciso avançar a fim de garantir um padrão mínimo de condições materiais e estruturais da escola, que superem a ideia de uma escola pobre para pobre e que consigam garantir um padrão mais equitativo para os estudantes.

Referências

ALVES, T. Avaliação na administração pública: uma proposta de análise para as escolas públicas de educação básica. 237f. **Dissertação** (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

ALVES, G. dos P. L. R.; AGUIAR, J. do S.; ABDON, L. M.; SANTOS, V. F. dos. Infraestrutura e Saneamento. In: IPEA. **Estuário**. IPEA: Amapá, s/d. Disponível em: http://www.iepa.ap.gov.br/estuário/arq_pdf/vol_2/cap_5_infra_estrutura_saneamento_atualizado.pdf. Acesso em: 20/02/2013.

ANDRADE, J. M. de; LAROS, J. A. Fatores associados ao desempenho escolar: estudo multinível com dados do SAEB/2001. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 23, n.1, p. 33-42, jan./mar 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, dez. 1996.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, DF, 2, de dez. 2004 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/08/11.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, DF, 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acesso: 26/07/2014.

CENSO ESCOLAR. Brasília: INEP, 2007. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em: 05/08/09.

CENSO ESCOLAR. Brasília: INEP, 2009. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em: 20/10/2013.

CENSO ESCOLAR. Brasília: INEP, 2011. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em: 20/10/2013.

DÌAZ, S. D; BARRIOS, G. H. Eficiencia escolar y diferencias socioeconómicas: a propósito de los resultados de las pruebas de medición de la calidad de la educación en Chile. **Educación e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 25-39, jul/dez 2002.

EARTHMAN, G. I. **Prioritization of 31 criteria for school building adequacy.** Baltimore: American Civil Liberties Union Foundation of Maryland, 2004. Disponível em: http://www.schoolfunding.info/policy/facilities/ACLUfacilities_report1-04.pdf. Acesso em: 20/05/2011.

FIGUEIREDO, M. F; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: Um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, n. 1 (3), p. 107-127, 1986.

FRANCO, C. et. al. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de fatores intra-escolares. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 277-298, abr./jun. 2007.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

GATTI, B. A. Quantificação em pesquisa: questões. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v.14, n. 26, p. 11-23, jul.-dez. 2005.

NASCIMENTO, P. A. M. M. Desempenho escolar e gastos municipais por aluno em educação: relação observada em municípios baianos para o ano de 2000. **Ensaio: avaliação política pública**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 393-412, jul/set, 2007.

OLIVEIRA, R. P. **Estado e Política Educacional no Brasil: Desafios do século XXI**. 120f. Tese (livre docência). Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, R. P. de, SOUZA, S. Z. Introdução. In: OLIVEIRA, R.P. de, SANTANA, W. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasil: UNESCO, 2010. Disponível em <http://www.unesco.org/pt/brasil/resources-services/publications/recent-publications/> Acesso: 09 abr 12.

PROVA BRASIL. Brasília: INEP, 2007. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em 01/11/09.

PROVA BRASIL. Brasília: INEP, 2009. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em 08/10/2013.

PROVA BRASIL. Brasília: INEP, 2011. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em 08/10/2013.

STAKE, R. E. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Educação e Seleção**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 1 – 14, jan/jun, 1983.

SEN, A. **A ideia de justiça**. Tradução: Denise Bottmann e Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SOARES, J. F. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**. Campinas, v. 37, n. 130, p. 135-160, jan./abr. 2007.

SOARES, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**. 2004, Vol. 2, n. 2, p. 01-40 disponível em: <<http://www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol2n2/Soares.pdf>>. Acesso em: 12/06/08.

SOBRAL, A. **Internet na escola**: o que é, como se faz. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 11-20. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acesso: 02/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Manual do treinamento do SPSS**. Belo Horizonte: Laboratório de Metodologia em ciências sociais, junho, 2005.

VELEZ, E; SCHIEFELBEIN, E; VALENZUELA, J. **Factores que afectan el rendimiento academico en la educación primaria**. Subsecretaria de Planeación y Coordinación, Dirección General de Evaluación, México, 1996.

WALZER, M. **Esferas da justiça**: em defesa do pluralismo e da igualdade. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

*Recebido em Outubro de 2018
Aprovado em Novembro de 2018
Publicado em Dezembro de 2018*

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 12

Número 25

19 de dezembro de 2018



SOME RIGHTS RESERVED

O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)

Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)

Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)

Google Scholar

Index Copernicus

Portal de Periódicos (CAPES)

SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)

Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)

DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 12, número 25 – Dezembro de 2018

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Gabriela Schneider (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes

(UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), TheresaAdrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>